



REFORMAR PARA CRESCER

2 0 1 9

VI. ANEXO II – RECEITAS E DESPESAS

VI.1. Receitas Totais

266. As receitas totais, incluindo as vendas de ativos não financeiros, deverão atingir, em 2019, o montante de 65.607 milhões de CVE, representando 33,5% do PIB e um aumento de cerca de 23,8% em face ao estimado para 2018. Esta projeção decorre:

(i) da estimativa da melhoria contínua da performance das receitas endógenas, como resultado:

- de uma maior dinâmica económica projetada, que por sua vez resultará dos estímulos das políticas e medidas adotadas no presente orçamento (OE 2019) relativamente às empresas, ao emprego e à empregabilidade;
- do reforço da capacidade administrativa e decisória da administração fiscal e combate à fraude e evasão fiscal, sob o princípio de tolerância zero aos incumpridores;
- arrecadação de novas receitas legais (nomeadamente TSA, TSM, contribuições de operadoras);
- da promoção da formalidade da economia; e
- da reforma da gestão dos ativos financeiros e não financeiros do Estado.

(ii) do aumento dos desembolsos de donativos, com destaque aos donativos direto a projetos, quer ao nível de reforço institucional e serviço ao cidadão como também de infraestruturas.

VI.1.1. Impostos

267. A previsão das receitas fiscais (impostos) para 2019 é de 44.406 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 3.653 milhões de CVE (+9,0%) em face à cobrança prevista para 2018.

268. Este resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (+8,7%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+9,2%), do Imposto sobre Transações Internacionais (+8,8%) e de Outros Impostos (+10,1%). O quadro seguinte evidencia a evolução da receita fiscal, por imposto:

Figura 1 - Evolução das Receitas Fiscais

	Em Milhões de CVE				Taxa de Crescimento %				Em % PIB			
	2016	2017 R	2018 R	2019 P	2016	2017 R	2018 R	2019 P	2016	2017 R	2018 R	2019 P
Receitas Fiscais (Impostos)	32.275	35.909	40.754	44.406	5,8%	11,3%	13,5%	9,0%	19,8%	20,9%	22,4%	22,7%
Imposto sobre o Rendimento	10.049	11.297	12.643	13.743	3,9%	12,4%	11,9%	8,7%	6,2%	6,6%	6,9%	7,0%
IR - Pessoas Singulares	6.317	7.081	7.300	8.106	18,5%	12,1%	3,1%	11,0%	3,9%	4,1%	4,0%	4,1%
IR - Pessoas Colectivas	3.732	4.216	5.344	5.638	-14,1%	13,0%	26,7%	5,5%	2,3%	2,5%	2,9%	2,9%
Imposto sobre Bens e Serviços	14.926	16.836	19.625	21.421	6,5%	12,8%	16,6%	9,2%	9,1%	9,8%	10,8%	10,9%
Imposto sobre o Valor Acrescentado	11.986	13.365	15.904	16.786	6,1%	11,5%	19,0%	5,5%	7,3%	7,8%	8,7%	8,6%
IVA - DGA	6.601	7.260	7.893	8.593	3,8%	10,0%	8,7%	8,9%	4,0%	4,2%	4,3%	4,4%
IVA - DGCI	5.385	6.104	8.010	8.193	9,1%	13,4%	31,2%	2,3%	3,3%	3,6%	4,4%	4,2%
Imposto sobre o Consumo Especial	1.550	1.938	2.004	2.754	4,9%	25,0%	3,4%	37,4%	0,9%	1,1%	1,1%	1,4%
Contribuição Turística	711	849	997	1.118	10,1%	19,4%	17,4%	12,1%	0,4%	0,5%	0,5%	0,6%
Taxa Ecológica	678	684	720	763	13,9%	0,9%	5,2%	6,0%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Imposto s/ Transações Internacionais	6.813	7.224	7.786	8.472	12,0%	6,0%	7,8%	8,8%	4,2%	4,2%	4,3%	4,3%
Direito de Importação	6.523	6.907	7.454	8.097	11,9%	5,9%	7,9%	8,6%	4,0%	4,0%	4,1%	4,1%
Taxa Comunitária - CEDEAO	290	317	332	375	14,1%	9,4%	4,6%	13,1%	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%
Outros impostos	488	552	699	770	-35,3%	13,2%	26,7%	10,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
Imposto de Selo	472	516	659	726	-18,9%	9,4%	27,8%	10,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
Imposto Especial sobre Jogos	0	28	36	44	-	-	-	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	16	8	4	0	-90,7%	-47,6%	-	-100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Ministério das Finanças

269. A estimativa das receitas fiscais para 2019 teve por base a evolução esperada dos principais indicadores macroeconómicos, das medidas de políticas propostas, do reforço da fiscalização, dos recursos tecnológicos, dos recursos humanos e materiais e da competência, eficiência e motivação da Administração Fiscal.
270. A presente estimativa reflete, ainda, a expectativa de recuperação das dívidas fiscais em atraso negociadas/a negociar e o seguimento de processos de encontro de contas das dívidas de natureza fiscal.

VI.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento (IR)

271. Em 2019, antevê-se que a receita do IR se situe em 13.743 milhões de CVE, valor que traduz um aumento de 8,7% em face à cobrança prevista para 2018, para a qual contribuem o IRPS (+11,0%) e o IRPC (+5,5%).
272. A previsão em sede do IRPS, que atinge o valor de 8.106 milhões de CVE, tem por base o cenário macroeconómico, com particular relevância para o emprego que mais fortemente condiciona a base tributável do IRPS, a continuidade do processo de recuperação de dívidas e o reforço do combate à fraude e à evasão.
273. No que concerne ao IRPC, em 2019, prevê-se que a receita se situe em 5.638 milhões de CVE, reflexo da evolução prevista do cenário macroeconómico para 2019, o qual aponta para um reforço do crescimento da atividade económica, o reforço da capacidade inspetiva e a estabilização do processo de submissão por via eletrónica das declarações fiscais em sede do IRPC, permitindo a liquidação e recuperação de

impostos atrasados. Estima-se que a redução da taxa do IRPC para o regime geral e o aumento para as instituições financeiras internacionais (atualmente, instituições de crédito de autorização restrita) só tenham impacto sobre as receitas nos anos seguintes, dado o mecanismo de cobrança deste imposto.

VI.1.1.2. Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)

274. A estimativa da receita em sede do IBS é de 21.421 milhões de CVE, antevendo-se um crescimento de 9,2% (+1.796 milhões de CVE) comparativamente à cobrança prevista para 2018.
275. O aumento desta receita, em face à cobrança prevista para 2018, deve-se à evolução do IVA - DGA (+8,9%), IVA - DGCI (+2,3%), ICE (+37,4%), Contribuição Turística (+12,1%) e Taxa Ecológica (+6,0%), em resultado da estimativa de cobrança prevista para 2018 nos principais impostos que compõem esta rubrica, da evolução da atividade económica, do reforço do combate à fraude e à evasão fiscal no decurso de 2019 e das medidas fiscais de proteção ambiental e da saúde – agravamento da taxa de ICE sobre o tabaco, aguardante, refrigerantes e sumos, e nova taxa específica sobre o maço de cigarros.

VI.1.1.3. Imposto sobre Transações Internacionais (ITI)

276. Para 2019, prevê-se uma melhoria da receita em sede do ITI, a qual deverá situar-se em 8.472 milhões de CVE. Esta evolução traduz, essencialmente, o aumento esperado na importação, dado o crescimento económico previsto e contínuo, maior rigor na concessão de benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros, através do combate à subfaturação nas declarações aduaneiras.
277. A estimativa da receita do ITI beneficia ainda do efeito esperado da manutenção da estratégia de reforço dos controles pós desalfandegamento, do mecanismo de gestão e análise de risco nos procedimentos de seleção dos operadores, das mercadorias e das origens para controle e do relacionamento das Alfândegas com os parceiros intervenientes no processo de desembaraço das mercadorias, com o conseqüente aumento do cumprimento voluntário por parte dos operadores económicos e redução do tempo e custos no processo de desembaraço aduaneiro das mercadorias.

VI.1.1.4. Outros Impostos

278. A estimativa de receita em sede de outros impostos em 2019 deverá atingir 770 milhões de CVE, representando um acréscimo de 10,1% em face à execução prevista para 2018, resultante essencialmente do incremento na cobrança do imposto de selo, na mesma linha do ocorrido em 2018.

VI.1.2. Outras Receitas

279. Relativamente às Outras Receitas, para 2019 espera-se arrecadar um valor a rondar os 13.665 milhões de CVE, registando-se um acréscimo de 56,1% comparando com a estimativa de execução de 2018, o que representa em termos absolutos o montante de 4.912 milhões de CVE e 7,0% do PIB.

280. Esta variação é impulsionada, essencialmente, pela previsão da:

- realização de receitas com rendimento de propriedade em 176,6% comparando com a estimativa da execução de 2018, o que representa um aumento de 2.866 milhões de CVE correspondendo 2,3% do PIB, justificado essencialmente pelas rendas de concessões no montante de 2.435 milhões de CVE e pelos juros e dividendos no montante de 407 milhões de CVE;
- realização de outras receitas diversas em 67,5% comparando com a estimativa de execução de 2018, representando 0,3% do PIB, justificada essencialmente pela inscrição das receitas dos Comandos da Polícia Nacional, contribuições das seguradoras no âmbito do protocolo assinado para reforçar a operacionalização da evacuação interna e inscrição das receitas dos parceiros no âmbito do projeto espaço cidadão;
- arrecadação de vendas de bens e serviços para 2019 que é de 7.896 milhões de CVE, o que representa um aumento de 36,1% comparando com a estimativa de arrecadação de 2018, justificada pela inscrição da taxa de segurança aeroportuária e marítima, receitas cobradas às operadoras no âmbito do FUSI e outras taxas.

Figura 2 - Evolução das Outras Receitas

	Em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	2016	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Outras Receitas	7 270	7 267	8 753	13 665	0,0	20,4	56,1	4,2%	4,8%	7,0%
Rendimentos de Propriedade	1 083	975	1 622	4 488	-10,0	66,4	176,6	0,6%	0,9%	2,3%
Vendas de Bens e serviços	5 042	5 239	5 803	7 896	3,9	10,8	36,1	3,1%	3,2%	4,0%
Taxas	4 738	5 001	5 571	7 659	5,5	11,4	37,5	2,9%	3,1%	3,9%
Vendas	303	239	232	237	-21,3	-2,7	2,0	0,1%	0,1%	0,1%
Multas e Outras Penalidades	679	362	455	297	-46,7	25,6	-34,7	0,2%	0,2%	0,2%
Outras Transferências	35	185	481	330	431,7	159,5	-31,5	0,1%	0,3%	0,2%
Outras Receitas D. não Especificadas	432	505	391	655	17,0	-22,7	67,5	0,3%	0,2%	0,3%

Fonte: Ministério das Finanças

VI.1.3. Donativos e Outras Transferências

- Os donativos, incluindo ajuda orçamental, para o ano de 2019, deverão situar-se à volta de 5.479 milhões de CVE, representando um aumento de cerca de 60,4% ante o orçamentado em 2018. Sendo:
 - 52,1% (2.852 milhões de CVE) - Donativo Direto a Projetos;
 - 36,9% (2.020 milhões de CVE) - Ajuda Orçamental Donativos;
 - 8,1% (449 milhões de CVE) - Outras Transferências; e
 - 2,9 % (158 milhões de CVE) - Donativo Ajuda Alimentar.

VI.1.3.1. Donativos Diretos

- Os donativos diretos estimados para 2019 rondam o montante de 2.852 milhões de CVE, superior ao estimado para 2018 em 82,7%, justificado em grande parte pelo Donativo da China para construção do Campus Universitário de Palmarejo no montante de 1.867 milhões de CVE.

Figura 3 - Evolução de Donativos Diretos por Financiador

(milhões CVE)

FINANCIADORES	2016	2017	2018	2019	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	PROV.	PREV	ORÇ	2017	2018	2019
ALEMANHA	115	0		0	-100,0		
ACBF	0						
BAD	114	12	34	3	-89,8	193,1	-91,6
BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO	0	60		0		-100,0	
CANADIAN INTERNACIONAL DEVELOPMENT AGENCY	0	0		0	-100,0		
CEDEAO	5	9		0	84,8	-100,0	
CHINA	2	5		1.867	146,9	-100,0	
NAÇÕES UNIDAS	93	84	96	58	-9,6	14,6	-39,9
ESPANHA	2	3	6	6	42,4	137,7	-3,4
FAO	0	3	116	116		4476,3	0,0
FUNDO AFECTAÇÃO ESPECIAL	18	0		0	-99,2	-100,0	
GLOBAL ENVIRONMENT FUND	134	144	44	76	8,0	-69,5	73,5
ICLP - CAMÕES	2	28	6	1	1344,0	-78,6	-88,6
INTERNACIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE	0	1		0		-100,0	
INVESTIMENT CLIMATE FACILITY FOR AFRICA	47	9		0	-80,3	-100,0	
LUXEMBURGO	183	133	657	324	-27,3	393,9	-50,8
JAPÃO	0	0		0	454445,5	-100,0	
MILLENNIUM CHALLENGE ACCOUNT	1.843	2.307		0	25,2	-100,0	
OMS	13	3	10	10	-77,4	231,0	-4,0
FIDA	0	0	183	168			-8,2
FUNDO KWAIT	0	0	40	40			0,0
OIT	1	0		0	-100,0		
PNUD	14	28	7	12	94,9	-75,0	67,8
PORTUGAL	44	11	9	2	-73,9	-21,0	-75,5
SUIÇA	0	2		0		-100,0	
UNIÃO EUROPEIA	64	753	287	131	1084,1	-61,9	-54,3
UNESCO	2	1		0	-42,9	-100,0	
FRANCE EXPERTISE INTERNACIONALE	16	13		0	-20,4	-100,0	
BANCO MUNDIAL	70	48	26	26	-32,0	-45,4	0,8
F.A.R.E.E.V	169	32	40	13	-80,8	23,3	-66,8
AGENCIA ESPANHOLA DE COOPERACÃO INTERNACIONAL PARA O DESENV	4	3		0	-37,8	-100,0	
UNITED NATIONS OFFICE FOR PROJECT SERVICES	19	1		0	-94,7	-100,0	
UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA	0	0		0	-100,0		
UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME	0	0		0	0,0	-100,0	
Total Geral	2.972	3.691	1.561	2.852	24,2	-57,7	82,7

Fonte: Ministério das Finanças

VI.1.3.2. Ajuda Orçamental Donativos

- Para 2019, prevê-se um aumento ao nível de financiamento através da ajuda orçamental donativos em 61,6 %, comparando com a estimativa do desembolso para 2018, justificado pelo aumento de financiamento por parte da União Europeia. Estima-se que o Programa de Investimento Público será financiado em 2.020 milhões de CVE, designadamente:
 - União Europeia com 1.744 milhões de CVE;
 - Luxemburgo com 221 milhões de CVE; e
 - Portugal com 55 milhões de CVE.

VI.1.4. Vendas de Ativos Não Financeiros

- Para 2019, prevê-se que as receitas provenientes de vendas de Ativos Não Financeiros cresçam em 100,3% perante o orçamentado em 2018, o que representa 1.000 milhões de CVE, decorrente da nova política de gestão do património.

VI.2. Despesas Totais e Ativos Não Financeiros

281. As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, para 2019, foram fixadas em 71.473 milhões de CVE, representando 36,5% do PIB e registando um crescimento de 19,5%, sendo este predominantemente determinado pelo comportamento das despesas correntes, decorrente essencialmente da regularização do PCCS do pessoal Docente e dos Polícias Nacionais, aumento do número de pensionistas, aumento do valor da pensão social em Cabo Verde e na Diáspora, aumento dos beneficiários com estágios profissionais, aumento salarial para os funcionários do quadro comum da Administração Pública, continuação da regularização de dívidas antigas relativas a indemnizações, bonificação de juros, restituição e reembolso de impostos bem como agravamento das despesas com encargos com a dívida, entre outros.

VI.2.1. Despesas de Funcionamento

282. Em 2019, o montante global das Despesas de Funcionamento da administração central cifra-se em 48.792 milhões de CVE e continua marcado por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 81,8% do montante total do orçamento de funcionamento, sendo 44,7% para as despesas com o pessoal e cerca de 37,2% para os encargos comuns, com destaque para os encargos da dívida pública, as transferências aos municípios, os encargos com a segurança social dos funcionários públicos, as pensões e a restituições do IVA e do IUR.

Figura 4 - Evolução das Despesas de Funcionamento

(milhões CVE)

	em milhões de ECV				Taxa de crescimento em %			Estrutura (%)			
	CGE	Exc.Prov	Est	Orc							
	2016	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Despesas Correntes	36 339	38 745	43 687	48 327	6,6	12,8	10,6	99,5	99,6	99,3	99,0
Despesas com Pessoal	16 905	17 370	19 763	21 790	2,8	13,8	10,3	46,3	44,6	44,9	44,7
Aquisição de bens e serviços	3 596	3 594	4 876	5 887	0,0	35,7	20,7	9,8	9,2	11,1	12,1
Juros e outros encargos	4 223	4 522	5 386	5 637	7,1	19,1	4,7	11,6	11,6	12,2	11,6
Subsídios	152	109	253	579	-28,2	131,3	129,1	0,4	0,3	0,6	1,2
Transferências correntes	3 702	4 171	4 596	4 438	12,7	10,2	-3,4	10,1	10,7	10,4	9,1
Benefícios Sociais	4 867	5 218	5 361	6 482	7,2	2,7	20,9	13,3	13,4	12,2	13,3
Outras Despesas	2 894	3 760	3 453	3 515	29,9	-8,2	1,8	7,9	9,7	7,8	7,2
Despesas Correntes Primárias	32 116	34 223	38 301	42 691	6,6	11,9	11,5	88,4	88,3	87,7	88,3
Total de Despesa de Funcionamento	36 536	38 904	44 016	48 792	6,5	13,1	10,9	74,3	70,8	73,6	68,3
Total de Investimento Público	12 626	16 014	15 777	22 681	26,8	-1,5	43,8	25,7	29,2	26,4	31,7
Total de Despesas	49 162	54 917	59 793	71 473	11,7	8,9	19,5	100,0	100,0	100,0	100,0

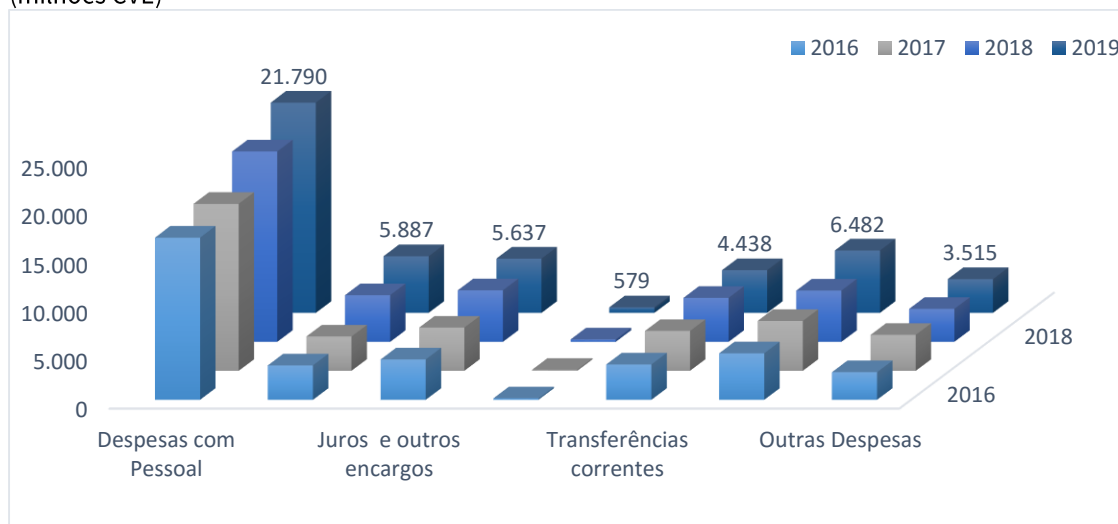
Fonte: Ministério das Finanças

VI.2.1.1. Despesas Correntes

283. Para o ano 2019, o montante global das Despesas Correntes da Administração Central cifra-se em 48.327 milhões de CVE, um aumento de 10,6% em relação à estimativa de execução do orçamento de 2018.

Figura 5 - Evolução das Despesas correntes por Classificação Económica

(milhões CVE)



Fonte: Ministério das Finanças

VI.2.1.1.1. Despesa com Pessoal

284. Nos últimos três anos, as Despesas com Pessoal têm representado em média 45,3% do total das Despesas de Funcionamento. A sua evolução tem sido determinada (i) pela implementação do PCCS de várias carreiras de quadro privativo na Administração Pública,

(ii) pelo recrutamento de professores, enfermeiros, médicos, polícias, inspetores e técnicos da Polícia Judiciária, técnicos de receitas, técnicos de finanças, magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial e oficiais de justiça e (iii) pela regularização da situação do pessoal contratado localmente pelas Missões Diplomáticas e Postos Consulares.

285. As Despesas com Pessoal para 2019 foram estimadas com base na lista nominal dos efetivos em funções, registados na Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF), nos impactos dos recrutamentos assumidos em 2018 e na implementação do Estatutos do Pessoal Docente e da carreira Enfermagem, da Polícia Nacional e outros compromissos assumidos em 2018.

286. Para 2019, prevê-se um crescimento da massa salarial na ordem dos 10,3%, em relação à estimativa de execução do orçamento de 2018. O aumento deve-se ao impacto:

(i) dos compromissos assumidos em 2018, com impacto em 2019, podendo-se destacar:

- Educação: 296 professores, sendo que 120 são novas vagas cujo impacto é de 130 milhões de CVE e 176 são por substituição cujo impacto de 191 milhões de CVE é absorvido nas pensões;
- Reclassificação (2014 e 2015) de 625 professores, no âmbito do novo estatuto/implementação faseada do Estatuto dos Professores - 61 milhões de CVE;
- Subsídios por não redução da carga horária a 622 professores (2012 e 2013) - 48 milhões de CVE;
- Implementação do Estatutos das carreiras de enfermagem - 56 milhões de CVE;
- Recrutamento do pessoal das principais carreiras da PJ - 51 milhões de CVE;
- Recrutamento de 20 médicos, 60 enfermeiros e 30 técnicos - 30 milhões de CVE;
- Impacto de promoção, progressão e recrutamentos de 120 agentes da Polícia Nacional - 72 milhões de CVE;
- Recrutamento de engenheiros e técnicos - 17 milhões de CVE; e
- Recrutamento de técnicos de tesouro - 9 milhões de CVE,

(ii) Novos recrutamentos em 2019:

- Polícia Nacional (120 novos agentes) - 47 milhões de CVE;
- Consolidação da implementação do Ministério da Economia Marítima (diretores, técnicos e assessores para os novos serviços criados) - 34 milhões de CVE;
- Finanças (técnicos, inspetores, diretores de serviços e condutor) - 33 milhões de CVE;

- Agricultura - 10 milhões de CVE;
 - Turismo e Transporte (recrutamento de 6 técnicos e 1 secretária) - 6,1 milhões de CVE;
 - Tribunal de Contas (2 juízes, 1 diretor geral e 1 auditor) – 9,5 milhões de CVE; e
 - Magistratura Judicial – 15 milhões de CVE.
- (iii) Outros compromissos a serem materializados em 2019:
- Revisão dos Estatutos do Pessoal da Polícia Nacional (salário base de 50 para 60 mil CVE/mês) - 376 milhões de CVE;
 - Entrada do Instituto Marítimo Portuário, no Orçamento - 109 milhões de CVE;
 - Subsídios por não redução da carga horária de 1.117 professores (2014 e 2015) - 71 milhões de CVE;
 - Aumento salarial para os funcionários do quadro comum e pensionistas – 70 milhões de CVE;
 - Evolução na carreira dos Magistrados do Ministério Público (instalação dos Departamentos Centrais que funcionam junto da PGR) - 32 milhões de CVE;
 - Reclassificação (2016 e 2017) de 323 professores, no âmbito do novo estatuto/implementação faseada do Estatuto dos Professores - 31 milhões de CVE;
 - Passagem da Unidade de Informação Financeira, do Orçamento de Investimento para o de Funcionamento – 17 milhões de CVE;
 - Implementação faseada do estatuto de Tribunal de Contas - 17 milhões de CVE;
 - Atualização de salários das cozinheiras – 9 milhões de CVE;
 - Pagamento de retroativos salariais do pessoal do ICCA – 6 milhões de CVE;
 - Impactos com as instalações de novas estruturas da Administração Central – 72 milhões de CVE justificados, essencialmente, com previsão de recrutamentos de diretores, assessores e técnicos dos novos serviços.
287. Para 2019, ainda, em vez de orçamentar as Embaixadas e Postos Consulares em duas rubricas (subsídios e transferências), procedeu-se a orçamentação de cada Embaixada/Postos Consulares de forma desagregada ao nível da receita e da despesa, cujo impacto orçamental no agregado de despesas com o pessoal ronda os 383 milhões de CVE.

VI.2.1.1.2. Aquisição de Bens e Serviços

288. A “Aquisição de Bens e Serviços” é uma rubrica essencial no funcionamento dos serviços públicos e engloba neste agrupamento, de um modo geral, as despesas quer com bens de consumo quer com despesas de aquisição de serviços. Para 2019, prevê-se um crescimento de 20,7% nesta rubrica em face da estimativa de execução de 2018, decorrente:

- Orçamentação da rubrica aquisições de bens e serviços das Embaixadas e Postos Consulares - 277 milhões de CVE
- Reclassificação da despesa das Forças Armadas de alimentação e alojamento para a rubrica produtos alimentares e inscrição da receita própria dos comandos - 185 milhões CVE;
- A rubrica outros serviços teve um acréscimo de 58 milhões de CVE, devido, essencialmente, a orçamentação da receita própria dos comandos da Polícia Nacional (32 milhões de CVE) e despesas previstas nesta rubrica nas Embaixadas e Consulados (21 milhões de CVE);
- Deslocação e Estadia – 104 milhões de CVE justificados, essencialmente, pela cooperação técnica com os Médicos Cubanos, discriminação do crédito orçamental das despesas das embaixadas e postos consulares e pela entrada dos novos membros de Governo;
- Aumento nas rendas e alugueres justificados, essencialmente, pela orçamentação das representações das missões diplomatas - 67 milhões de CVE;
- Acréscimo na rubrica material de escritório e de conservação e reparações - 58 e 37 milhões de CVE, respetivamente, sobretudo no setor da Educação e Saúde;
- Acréscimo na rubrica outros bens – 61 milhões de CVE, justificado, essencialmente, pelo orçamento do fundo de gestão das duas embaixadas instaladas em 2018 (Nigéria e consulado de Nice);
- Aumento da rubrica Energia Elétrica, nos hospitais centrais na decorrência do aumento das receitas próprias – 41 milhões de CVE;
- Acréscimo na rubrica de medicamentos e consumo clínico – 32 milhões de CVE
- Acréscimo na rubrica material de transporte e peças e combustível - 23 e 58 milhões de CVE, respetivamente, sobretudo no setor da Segurança e Saúde;

- Aumento na rubrica Assistência técnica não residente no MSSS, devido à cooperação técnica com os médicos cubanos – 18 milhões de CVE.

VI.2.1.1.3. Juros e Outros Encargos

289. A evolução das despesas com Juros e Outros Encargos está intrinsecamente relacionada com a contratação do empréstimo/stock da dívida pública.
290. Nos últimos três anos, este agregado registou um peso médio de 11,5% sobre o total da Despesa de Funcionamento.
291. Para o ano 2019, prevê-se o montante de 5.637 milhões de CVE para fazer face aos juros e outros encargos, o que corresponde a um acréscimo de 4,7% em relação à estimativa da execução do orçamento de 2018, com destaque para os juros da dívida interna.

VI.2.1.1.4. Subsídios

292. A rubrica Subsídios está orçada em 579 milhões de CVE para 2019, prevendo-se um acréscimo de 129,1%, em face da estimativa da execução do orçamento de 2018, justificado, essencialmente, pelo aumento da receita própria no Fundo de Desenvolvimento Marítimo devido a introdução da nova Taxa de Segurança Marítima (TSM) e pelo aumento de subsídios à INFORPRESS.

VI.2.1.1.5. Transferências Correntes

293. O montante da transferência corrente previsto para 2019 ascende a 4.438 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 3,4%, comparando com a estimativa de execução de 2018. A diminuição deve-se, essencialmente, à orçamentação de forma desagregada das despesas das Embaixadas e Serviços Consulares (477 milhões de CVE), reclassificação da despesa devido à perda das receitas nas escolas Secundárias com gratuidade no ensino até 10º ano de escolaridade (103 milhões de CVE).
294. Para 2019, ainda nesta rubrica, prevê-se um aumento do Fundo de Financiamento Municipal (FFM) em 341 milhões de CVE, aumento de 78 milhões de CVE para reforçar Embaixadas no âmbito de perdas das receitas com isenção de vistos e aumento de 42 milhões de CVE com a revisão da pensão na diáspora.

VI.2.1.1.6. Benefícios Sociais

295. Prevê-se, para o ano 2019, o montante de 6.482 milhões de CVE, representando um aumento de 20,9%, isto é, 1.122 milhões de CVE, comparando com a estimativa de execução do orçamento de 2018. Esta evolução decorre do impacto de novos pensionistas e aposentados do regime contributivo da Administração Pública (489 milhões de CVE), aumento de pensão Social para 6 mil CVE e alargamento dos beneficiários (267 milhões de CVE), reclassificação da despesa pela natureza de funcionamento, anteriormente orçadas em projeto de investimento (200 milhões de CVE), pensão de sobrevivência (60 milhões de CVE) e outras pensões do Estado (52 milhões de CVE);
296. Ainda para 2019, prevê-se um aumento de dotação orçamental para responder as evacuações externas dos doentes do regime não contributivo em 65 milhões de CVE.

VI.2.1.1.7. Outras Despesas

297. O agrupamento económico Outras Despesas tem um peso significativo nas Despesas de Funcionamento do Estado, pois é o agrupamento onde estão enquadradas rubricas de capital importância, nomeadamente, as restituições do IUR e do IVA, indemnizações, dotação provisional, bolsa de estudos e outros benefícios educacionais.
298. Para o ano económico 2019, prevê-se o montante de 3.515 milhões de CVE, aumento de 1,8% perante a estimativa de execução, onde se encontram acauteladas a restituição de IVA e do IUR (1.730 milhões de CVE) e as bolsas de estudos (489 milhões de CVE).

VI.2.1.2. Ativos não Financeiros

299. Os ativos não financeiros rondam os 465 milhões de CVE e representam o consumo de capital para o funcionamento da máquina pública, perspetivando-se um crescimento controlado durante o ano 2019.

VI.2.2. Programa de Investimento Público

300. O financiamento do Programa de Investimento Público, para 2019, ronda os 22.681 milhões de CVE, o que representa 11,6% do PIB estimado para o período, traduzindo-se num acréscimo de 43,8% comparando com a estimativa de execução do PIP de 2018.

301. As despesas correntes, incluindo transferências de capital, atingem o montante de 10.819 milhões de CVE, representando um peso em relação ao total do PIP de 47,7% e 5,5% do PIB projetado, traduzindo num aumento de 17,0 % comparativamente com a estimativa de execução de 2018.

302. Os Ativos não financeiros situam-se à volta de 11.861 milhões de CVE, equivalentes a 52,3% do total do PIP para 2019 e um aumento de 81,6% em relação estimativa de execução de 2018. Esse aumento deve-se, essencialmente:

- ao aumento de Donativos (+1.867 milhões de CVE);
- à aceleração dos projetos com financiamento externo (+2.000 milhões de CVE);
- às contrapartidas nacionais (+895 milhões de CVE); e
- ao reforço da segurança das fronteiras nacionais (+300 milhões de CVE).

Figura 6 - Evolução das Despesas do PIP

(em milhões CVE)

	CGE	Exec.	Rep.	Projecção	Taxa de crescimento em %			Percentage, do PIB em %		
	2016	2017	2018	2019	2017	2018	2019	2017	2018	2019
Despesas de Investimento	12 626	16 014	15 777	22 681	26,8	-1,5	43,8	9,3	8,7	12,4
Despesas Correntes	7 213	6 508	8 942	10 346	-9,8	37,4	15,7	3,8	4,9	5,3
Despesas com pessoal	1 459	1 225	1 409	1 417	-16,1	15,0	0,6	0,7	0,8	0,7
Aquisição de Bens e Serviços	3 967	2 912	4 341	4 903	-26,6	49,1	13,0	1,7	2,4	2,5
Bens	770	406	645	757	-47,2	58,7	17,4	0,2	0,4	0,4
Serviços	3 197	2 506	3 696	4 146	-21,6	47,5	12,2	1,5	2,0	2,1
Subsídios	14,9	1,3	0	0	-91,5	-100,0	-	0,0	0,0	0,0
Transferências correntes	1 194	1 708	1 962	1 244	43,1	14,9	-36,6	1,0	1,1	0,6
Benefícios Sociais	298	322	340	480	8,3	5,3	41,5	0,2	0,2	0,2
Outras despesas Correntes	280	339	890	2 301	21,0	162,6	158,5	0,2	0,5	1,2
Despesas de Capital (Trf)	0	0	303	474	-	100,0	56,1	0,0	0,2	0,2
Activos não Financeiros	5 413	9 505	6 532	11 861	75,6	-31,3	81,6	5,5	3,6	6,1
Compra Activos não Financeiros	5 413	9 505	6 532	11 861	75,6	-31,3	81,6	5,5	3,6	6,1

Fonte: Ministério das Finanças

303. Analisando a composição das despesas do Programa de Investimento Público (PIP) 2019, destacam-se:

- a variação positiva prevista na rubrica benefícios sociais de 41,5% comparando com a estimativa de execução de 2018, justificado, essencialmente, pelo programa de estágios profissionais, no montante de 318 milhões de CVE;
- as outras despesas, que atingem um total de 2.301 milhões de CVE, equivalente a 10,3% do total do PIP para 2019 e sofre uma variação positiva de 158,5% perante a projecção de execução de 2018, justificado sobretudo pelo projeto de recentragem de

gestão de ativos no montante de 1.333 milhões de CVE, tendo em conta a inscrição de crédito orçamental para fazer face a eventuais processos de indemnizações.

- o aumento das aquisições de bens e serviços em 13,0%, justificado, essencialmente, por projetos com financiamento externo (apoio ao setor financeiro e bacia hidrográfica de São João Baptista), bem como implementação de projetos financiados com receitas consignadas (reforço da segurança das fronteiras nacionais e documento de identificação eletrónico).
- a diminuição das rubricas transferências correntes em 36,6%, dado que em 2018 houve a inscrição de cerca de mil milhão de CVE, decorrente de saldos transitados.

304. Em 2019, à semelhança dos anos anteriores, o PIP é financiado, em grande parte, por recursos externos, sendo que o financiamento externo é de 15.480 milhões de CVE, ou seja, 68,3% do total do PIP previsto para 2019 e corresponde a 7,9% do PIB projetado.

Figura 7 - Evolução das Despesas do PIP por Tipo de Financiamento

Financiamento	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em %				em % do PIB			
	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
	CGE	Prov	Prev	Orç								
Interno	5 598	2 806	4 117	7 201	44,4	-49,9	46,7	74,9	3,4	1,6	2,3	3,7
Tes.(Rec. Int.)	5 598	2 756	3 886	7 005	44,4	-50,8	41,0	80,3	3,4	3,3	2,1	3,6
OFN	0	50	232	196	-	-	362,5	-15,6	0,0	0,0	0,1	0,1
Externo	7 028	13 207	11 659	15 480	-10,0	-40,5	87,9	17,2	4,3	7,7	6,4	7,9
Donativo	4 240	4 786	2 811	4 872	-14,4	12,9	-41,3	73,3	2,6	2,8	1,5	2,5
Empréstimo	2 770	8 334	8 739	10 450	-58,4	200,8	4,9	19,6	1,7	4,9	4,8	5,3
Ajuda Alimentar	17	88	110	158	-91,7	418,1	25,1	43,7	0,0	0,1	0,1	0,1
Total da Despesa	12 626	16 014	15 777	22 681	3,3	-19,5	26,8	41,6	7,7	9,3	8,7	11,6

Fonte: Ministério das Finanças

305. O financiamento interno ronda os 31,7% do total do financiamento do PIP previsto para 2019, correspondendo a 7.201 milhões de CVE, equivalentes a 3,7% do PIB projetado e representa uma variação positiva em 74,9% em relação a estimativa de execução de 2018, na sequência de venda de ativos não financeiros, bem como a previsão de arrecadação de novas receitas.

306. Os donativos financiados através da modalidade de ajuda a projetos, excluindo ajuda orçamental donativos, totalizam o montante de 2.852 milhões de CVE, equivalente a 12,8% do total do financiamento externo, sendo os maiores financiadores: China 1.867 milhões de CVE, Luxemburgo 324 milhões de CVE, FIDA com 168 milhões de CVE, União Europeia com 131 milhões de CVE e FAO com 116 milhões de CVE.

307. O total dos empréstimos externos, excluindo ajuda orçamental empréstimos, ascende a 7.244 milhões de CVE, equivalente a 32,6% do total do financiamento do PIP. Estes financiamentos estão canalizados para 8 Programas de Investimento, com destaque para os Programas de Água e Saneamento (2.477 milhões de CVE), Infraestruturas Modernas e Seguras (2.020 milhões de CVE) e Programa Nacional para Sustentabilidade Energética (875 milhões de CVE).
308. A ajuda orçamental prevista para 2019, ascende a 5.225 milhões de CVE, representando 33,7% do total do financiamento externo e 20,0% do total do PIP previsto para 2019, sendo 2.020 milhões de CVE provenientes da ajuda orçamental donativos e 3.206 milhões de CVE da ajuda orçamental empréstimos.

Figura 8 - Evolução da Ajuda Orçamental

Ajuda Orçamental	em milhões de escudos				Taxa de crescimento em		
	2016 CGE	2017 Prov	2018 Prev	2019 Orç	2017	2018	2019
Donativos	1.268	1.094	1.250	2.020	-13,7	14,2	61,6
União Europeia	992	937	974	1.744	-5,6	3,9	79,1
Luxemburgo	221	110	221	221	-50,0	100,0	0,0
Portugal	55	47	55	55	-14,8	17,4	-0,2
Empréstimos	0	2.205	4.214	3.206	100	91	-23,9
Banco Mundial	0	0	2.009	1.000	0,0	0,0	-50,2
BAD	0	2.205	2.205	2.205	-	0,0	0,0
Total da Ajuda Orçamental	1.268	3.300	5.464	5.225	160,2	65,6	-4,4

Fonte: Ministério das Finanças